

PLS 384/2016

AUTORIA DO SENADOR JOSÉ AGRIPINO



Lei nº 8.629/1993

Art. 21. Nos instrumentos que conferem o título de domínio, concessão de uso ou a concessão de direito real de uso os beneficiários da reforma agrária assumirão, obrigatoriamente, **o compromisso de cultivar o imóvel direta e pessoalmente**, ou por meio de seu núcleo familiar, mesmo que por intermédio de cooperativas, e o de **não ceder o seu uso a terceiros**, a qualquer título, pelo prazo de 10 (dez) anos.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 189. Os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, **inegociáveis pelo prazo de dez anos.**

PLS nº 384/2016

Lei nº 8.629/1993

Parágrafo único. Excetua-se da vedação contida no *caput* a celebração de **contratos com terceiros** tendo por objetivo a exploração do potencial **para produção de energia eólica ou solar** de forma complementar às atividades agrossilvipastoris ou extrativistas desenvolvidas no imóvel rural, mediante autorização do órgão federal competente para a execução do Programa Nacional de Reforma Agrária, nos termos do regulamento.” (NR)



Lei nº 8.629/1993

Art. 22. Constará, obrigatoriamente, dos instrumentos translativos de domínio, de concessão de uso ou de CDRU, cláusula resolutória que preveja a **rescisão do contrato e o retorno do imóvel ao órgão alienante ou concedente**, no caso de descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas pelo adquirente ou concessionário.

PLS nº 384/2016

AUTORIA: SENADOR JOSÉ AGRIPINO

Art 22-A (...)

§1º Nos imóveis rurais com potencial para exploração de recursos hídricos e eólicos para fins de geração de energia elétrica, o órgão federal competente para a execução do Programa Nacional de Reforma Agrária autorizará ao **beneficiário da reforma agrária a celebração de contratos com terceiros** objetivando a exploração do referido potencial, na forma estabelecida em regulamento.



Lei nº 8.666/1993

- *Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão **necessariamente precedidas de licitação**, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.*

Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964

ESTATUTO DA TERRA

Art. 16. A Reforma Agrária visa a estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de **promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país**, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio.

Parágrafo único. O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária será o órgão competente para promover e coordenar a execução dessa reforma, observadas as normas gerais da presente Lei e do seu regulamento.



LEI nº 4.504 de 30 de novembro de 1964

ESTATUTO DA TERRA

§ 2º É dever do Poder Público:

a) (...)

b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o **acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.**



PARECER TÉCNICO

- O beneficiário até que sejam cumpridas todas as cláusulas resolutivas **detém unicamente a posse e o direito de exploração do lote** sendo vedado qualquer tipo de negociação parcial ou total a terceiros, uma vez que tal feito caracterizaria arrendamento.
- Nenhuma lei veta o INCRA proceder acordo com terceiros em benefício do projeto de assentamento.

PLS nº 384/2016

§ 2º A autorização de que trata o § 1º não poderá ser concedida quando a atividade de recursos hídricos e eólicos para fins de geração de energia elétrica envolver **mais de 30% da área do imóvel.**

PLS nº 384/2016

§ 6º É direito dos beneficiários da reforma agrária a participação no resultado da exploração, realizada em áreas de projetos de assentamento, de recursos hídricos e eólicos para fins de geração de energia elétrica, cujo valor será revertido em benefício do desenvolvimento socioeconômico e da sustentabilidade ambiental do assentamento, na forma estabelecida em regulamento.

PLS nº 384/2016

§ 7º É devida aos beneficiários da reforma agrária a indenização por danos e prejuízos causados em decorrência de obras e empreendimentos de interesse público em áreas de projetos de assentamento, na forma estabelecida em regulamento.” (NR)

IMPACTO SAÚDE HUMANA

- Os ruídos produzidos pelo aerogeradores costumam ser classificados em dois tipos: **ruído mecânico** proveniente das caixas de engrenagens e gerador, e **ruído aerodinâmico** proveniente das pás.
- Os aerogeradores modernos tem praticamente eliminado o ruído acústico através do isolamento acústico da nacele.
- O ruído aerodinâmico é produzido pela rotação das pás em atrito com o ar gerando um ruído sonoro de amplo espectro de frequências e é função da velocidade de ponta de pá.

IMPACTO ELETROMAGNÉTICO

- A interferência eletromagnética pode ser produzida por três elementos do aerogerador: **a torre, a rotação das pás e o gerador.**
- Quando os aerogeradores são instalados próximos de áreas residenciais, a interferência tem se mostrado mais difícil de eliminar.
- Medidas técnicas de mitigação para interferência eletromagnética podem ser aplicadas durante a fase de planejamento e projeto do parque eólico, localizando o aerogerador **longe da linha de visão do transmissor de radiodifusão.**

IMPACTO AMBIENTAL

- Os aerogeradores podem aumentar a mortalidade de aves, necessitando, portanto, um estudo de rotas migratórias de aves antes da sua instalação.
- É necessário a **instalação de estímulos visuais e auditivos** nas torres eólicas para reduzir esta taxa **evitando a colisão de aves**.

CONDICIONANTES PARA OCUPAÇÃO E USO DA TERRA

Desde o estágio inicial do planejamento, os empreendedores devem manter um diálogo com os diversos agentes envolvidos na área: Ministério da Defesa, autoridades da aviação civil, provedores de comunicação de rádio e radar, concessionária de eletricidade local, autoridades de proteção ambiental, entidades de representação das comunidades locais e associações não governamentais relevantes, entre outras.

CONCLUSÃO

- A relação intrínseca entre o consumo de energia e o desenvolvimento social de uma região é consequência do aprimoramento da infraestrutura para oferta de serviços essenciais (educação, saúde, atividades culturais e entretenimento) para crescimento do padrão de vida da população de uma região.